



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Guarda-Mirim – Rua Orestes Medeiros Pulim, 94

Data: 18/05/2017

Horário: 8:30

1 Aos dezoito dias do mês de maio de 2017 realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da
2 Criança e do Adolescente no Auditório da Guarda Mirim de Londrina. Após verificação do quórum, e aguardado
3 o tempo de espera para a segunda convocação, Magali dá início a reunião com apresentação dos presentes.
4 Magali agradece a presença de todos lembrando que alguns conselheiros governamentais ainda não se fazem
5 presentes. Em seguida passou para aprovação da pauta. **1. Aprovação da proposta de pauta; 2. Aprovação da**
6 **Ata do dia 20/04/2017** Magali fez a leitura da ata, foi realizada alteração na de redação sem alteração de
7 conteúdo do texto e foi aprovada por todos; **3. Apresentação do Termo de Adesão referente recurso FMDCA -**
8 **Aurélio Caetano da Silva/Gerente de Gestão de Convênios/SMAS** Aurélio da Gerência de Convênio da
9 Secretaria Municipal de Assistência Social, iniciou a exposição informando dos recursos do FIA para cinco
10 modalidades de serviços/programas, disse que até o ano de 2015 as entidades faziam a adesão para o co-
11 financiamento direto com o Estado, e a SEDS era a responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços.
12 Para esse novo financiamento esse processo sofreu alteração e será feito direto com o município, em razão da Lei
13 13.019/2015. Aurélio apresentou os documentos necessários a adesão aos recursos. Para o CREAS, serviço
14 PAEFI, o valor destinado ao município é de R\$ 7.272,00 (sete mil, duzentos e setenta e dois reais), para duas
15 unidades, totalizando R\$ 14.544,00 (catorze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais) e pode ser aplicado em
16 custeio e investimento. O Estado habilitou até três CREAS unidades, mas Londrina pode apresentar apenas dois,
17 porque são os que atendem crianças e adolescentes, que é o CREAS 2, voltado a Medida Socioeducativa e o
18 CREAS 3 que atua com o PAEFI – Serviço de Atendimento a Criança e Adolescente em Situação de Violência.
19 Aurélio fez a leitura do Termo de Adesão e Plano de Ação voltado ao CREAS, que define objeto, atribuições do
20 município e Estado, ações, e outros aspectos que envolvem a parceria. Aurélio apresentou o item quatro do Plano
21 de Ação que trata do Parecer do Conselho acerca do Plano. A votação foi encaminhada e aprovada por todos os
22 conselheiros presentes. Após a aprovação, Claudio sugeriu que se faça uma ressalva que o recurso é insuficiente
23 para o conjunto de ações propostas no Plano o que também foi aprovado. Em seguida deu início a apresentação
24 do Termo de Adesão e Plano de Ação do Programa de Aprendizagem, cujo valor é de R\$ 326,643,33 (trezentos e
25 vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), voltada a rede de serviços
26 socioassistenciais que atuam nesse serviço, esse recuso prevê gastos com custeio e investimento. O público
27 prioritário é composto por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, do PETI, com deficiência,
28 em medida de proteção em acolhimento institucional e familiar, e oriundos dos demais serviços especializados.
29 Aurélio apresentou as entidades que atuam dentro dos critérios estabelecidos pelo CEDCA, são elas: Núcleo
30 Espírita Irmã Sheila com duzentos e onze adolescentes, EPESMEL com seiscentos e quarenta adolescentes e
31 Guarda Mirim com aproximadamente seiscentos adolescentes. Claudio lembrou que todas as exigências
32 apresentadas pelo CEDCA estão em consonância com as exigências do Ministério do Trabalho. Pastor Joed
33 questionou se o valor de recurso apresentado é para cada entidade. Aurélio explicou que não, esse valor é para a
34 partilha entre as entidades e os critérios devem ser definidos quando o recurso chegar. Magali encaminhou a
35 votação e foi aprovado com apenas uma abstenção. Passou então, para a apresentação do Programa Crescer em
36 família, no valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). Aurélio informou que o valor era maior,
37 porém das entidades que atuam com Acolhimento Institucional e Familiar, apenas duas apresentaram propostas.
38 As entidades que não aderiram foram da Associação Pão da Vida e Casa de Maria. O valor por unidade de
39 serviço é de sessenta mil reais. Aurélio lembrou que o recurso pode ser aplicado em contratação de pessoal. Lidia
40 Loback disse que esse recurso possibilita ampliar a equipe e não pode ser aplicado no pagamento da equipe já
41 existente, posto que a duração da execução é de apenas um ano. Josiane Nogueira, questionou sobre o processo

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

42 de tramitação, Aurélio lembrou que quando o recurso chegar é que será dado início ao processo, dentro dos
43 limites da lei 13.019/2015. Adriana Santos sugeriu que os critérios e ações para todos os serviços que estão sendo
44 discutidos sejam pautados nesse cofinanciamento sejam discutidos e estabelecidos nas Comissões de Serviço e o
45 resultado das discussões encaminhados para a deliberação do CMDCA. Fabiane Medeiros, Conselheira Tutelar
46 questionou do porque a Casa de Maria e CPAAD não apresentaram interesse no recurso, Josiane explicou que a
47 associação Pão da Vida está passando por intervenção e a Casa de Maria apresentou para a Secretaria Municipal
48 de Assistência Social o indicativo para fechamento das duas unidades de acolhimento. Foi encaminhada a
49 votação e aprovada por todos. Encerrada a apresentação, passou se a apresentação do Serviço de Convivência e
50 Fortalecimento de Vínculos, apresentando os mesmos itens dos demais serviços quanto ao Termo de Adesão e
51 Plano de Ação, cujo valor é de R\$ 167,960,00 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta reais). Esse
52 valor será repassado em duas parcelas, assim, como para os demais permite gastos com custeio e investimento.
53 Em seguida, foi encaminhado para votação e foi aprovado por todos. Por fim, Aurélio apresentou o Programa
54 Liberdade Cidadã, voltado diretamente para adolescentes em cumprimento de Medida socioeducativa em Meio
55 Aberto e suas famílias. As ações são as já tipificadas para o CREAS. O valor do recurso é de R\$ 638,186,90
56 (seiscentos e trinta e oito mil, cento e oitenta e seis reais e noventa centavos). Denise Caldeirão questionou que
57 em todo as propostas apresentadas pelo Aurélio aparecem o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) como recursos
58 próprios alocados no Fundo. Aurélio lembrou que apesar do valor estar disposto como nove mil reais não é só
59 isso que é aplicado. Encerrada a discussão, foi encaminhado para votação e foi aprovado por todos. 4. **Ato**
60 **Público de Combate à Violência Sexual, dia 20 de maio, às 8h30 em frente ao Banco do Brasil, no**
61 **Calçadão.** Magali informou que as instituições estão organizadas e estarão no Calçadão mobilizadas com as
62 crianças e adolescentes que participam dos serviços. Lembrou que esse dia não é de comemoração e sim uma
63 forma de chamar a atenção da sociedade para esse tema tão importante. Que a imprensa tenta tratar do assunto de
64 forma equivocada, querendo dar visibilidade para vítimas e não para a temática. Irineu Barrinuevo disse que no
65 dia do evento, o melhor lugar para alocar os participantes é no meio do povo, para dar visibilidade ao tema.
66 Junior, conselheiro representante da Educação, disse que há muita dificuldade de a escola participar com seus
67 alunos no sábado, não há transporte previsto. Além disso, implicaria em liberação de hora extra e não há como
68 garantir. Apesar da Secretaria de Educação ser favorável ao ato, não possuem estrutura para a participação.
69 Josiane lembrou que é importante perguntar para as escolas qual é a previsão que fazem para trabalhar essa
70 temática. Domingas disse que a educação promoveu essa discussão na Escola de Gestores. Mirko, Conselheiro
71 Tutelar, lembrou que oitenta por cento das denúncias de abuso sexual vem das escolas. Josiane propôs que se
72 faça uma capacitação para os professores pelo CREAS 3, sobre a violência sexual. Junior disse que o CREAS
73 poderia fazer um vídeo ou um material de divulgação de como proceder, identificar essas situações para que as
74 escolas tenham esse material e se orientem por ele. Magali disse que não precisaria ter todas as escolas no
75 evento, que entende a dificuldade, que houvesse a participação de duas ou três escolas representando a educação.
76 Juliana, Conselheira Tutelar, propôs que para os próximos anos haja uma articulação com a educação do
77 município e o Núcleo Regional para promover maior participação das escolas, que isso seja incorporado ao
78 calendário da educação. Mirko propôs, aproveitando a presença do vereador Junior Santa Rosa, que saia da
79 Câmara um projeto de Lei de uma Semana de Combate a Violência contra a Criança e Adolescente. Claudio
80 lembrou que as propostas do conselho são importantes, mas é preciso envolvimento dos conselheiros nas
81 comissões de trabalho, é preciso ação nas comissões, muitos propõem mais não dão os encaminhamentos
82 necessários para que o que foi proposto se realize efetivamente. Que ele e a Gisele ficaram sozinhos na
83 organização do evento, e Gisele fez a maior parte do trabalho em função da sobrecarga que ele estava em outras
84 comissões e ou atividades. Gisele Albiero, da Comissão que organizou o ato, disse que infelizmente, os ofícios
85 enviados têm um tramite burocrático lento. Conseguiram resposta positiva da SEMA e da SANEPAR, e o

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

cerimonial será realizado pela Helen. Com a CMTU ainda há algumas pendências inclusive com relação ao transporte, porém, a limpeza e a utilização do espaço já foram confirmadas. Com relação ao transporte, ficou acordado que os adolescentes que estiverem com uniformes das instituições ou declaração da entidade poderão embarcar nos ônibus a partir das sete da manhã. Lembrou que no ano passado houve dificuldade nesse processo na área rural, porque trata-se de outra empresa, a Londrisul, e a mesma tem tratado essa liberação como um favor. A CMTU fará uma conversa com a Londrisul reforçando a importância da data e do evento realizado. A Secretaria de Obras ainda não deu retorno oficial de quem será o responsável pela iluminação. Também está pendente a resposta da Guarda Municipal sobre a presença no evento. Quanto ao equipamento de som para ser instalado no calçadão, será disponibilizado pelo sindicato dos bancários e o conselheiro Irineu ficou responsável pelo equipamento. Domingas questionou se houver chuva no sábado, segundo Gisele, há previsão de chuva. Ficou deliberado que caso amanheça chovendo a partir de sete horas, o evento será cancelado. Encerrada a discussão sobre o Ato Público, Junior, vereador, fez o convite para a presidente do Conselho Magali, para estar presente na Câmara hoje a tarde, que será aberto espaço para dar visibilidade para essa data. Deu o informe que a Câmara fez um convite para a delegada da Delegacia da mulher para tratar do tema “Crianças desaparecidas” e virá uma equipe de Curitiba que atua nesse campo. Será na próxima quarta-feira na Câmara, as dezesseis horas. Esse tema surgiu a partir da discussão da “Baleia Azul”. **4. Relato da reunião sobre a ocupação Flores do Campo**, Magali relatou que a reunião aconteceu nessa terça feira e dessa vez contou com a presença de vários órgãos, que houve a informação que haverá a desocupação e será feita pela polícia federal, que infelizmente não estava presente na reunião. Magali lembrou da preocupação com as crianças que estão servindo de escudo para traficantes. A caixa informou que assim que houver a reintegração colocará segurança no local. Que enquanto não houver a desocupação o município fica impedido de receber recursos para construção de novos empreendimentos. Claudio disse que a situação é preocupante porque o processo de desocupação pode trazer risco para as crianças e que a presença do Conselho Tutelar é importante. Que foi deixado claro na reunião a preocupação com as crianças. O Ministério Público e Judiciário não estavam presente na discussão apesar de terem sido convidados. Lembrou que na reunião foi discutido que é preciso fazer ampla divulgação porque isso ajuda no processo de saída das famílias antes da desocupação. Foi elaborado uma carta para a Juíza Federal falando sobre a preocupação desse conselho sobre a presença das crianças e adolescentes no processo de desocupação e que esse conselho deveria ser chamado para discussão. **5. Deliberação sobre a composição da Corregedoria**, Magali informou que foi feito o levantamento sobre a participação da Nancy Kemer no Conselho, porém ela está impedida em razão de ter sido conselheira por duas gestões consecutivas e que indicará substituto. Os Conselhos Tutelares encaminharam os três presidentes do conselheiro que irão compor a Corregedoria; **6. Relato das Comissões**, Denise Caldeirão pediu informações sobre qual Comissão estava solicitando sua participação, Josiane informou que se trata da participação na Comitê Interinstitucional do Plano Decenal da Criança e do Adolescente, informou que as pessoas responsáveis pela elaboração no ano passado foram a Edsonia e Clarice. Denise aceitou participar. **7. Informes**: Josiane disse que participou de uma reunião na UEL com a apresentação do Projeto de Pesquisa e Extensão da professora Vera Suguihiro, do Departamento de Serviço Social em Parceria com a PUC/Londrina. Essa pesquisa apresenta um diagnóstico sob o título “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos”. O material foi disponibilizado através de um CD. **Comissão de Cadastro**: Irineu disse das dificuldades da Comissão ter membros da Comissão nas análises do Cadastro. Claudio lembrou que é preciso atentar-se para a paridade. Comissão de Fundo não fez reunião. Claudio deu informe sobre a Audiência Pública sobre a Baleia Azul. Mirko falou que o que ficou de encaminhamento dessa audiência foi a necessidade da implantação do CAPS adolescentes. Fabiane lembrou que o Dr. Paulo Tavares tem uma Comissão que discute a saúde. A partir de agora vão se reunir mensalmente e vai começar a discussão sobre os fluxos entre os CAPS, a assistência social, entidades, enfim serviços que devem atuar em



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

130 rede. Neusa lembrou que em 2005, já foi discutido que deveria ser feito um Trabalho com Família em todas as
131 políticas públicas. Há um distanciamento das políticas e das famílias e isso precisa ser discutido e, apesar de
132 algumas experiências localizadas, não há um direcionamento municipal. É preciso tomar a responsabilidade e
133 planejar de fato uma proposta. Cláudio lembrou na audiência pública foi dito que há vários jogos que tem
134 perpetuado situações de violência. Fabiane lembrou que é preciso discutir a adolescência, que há diversas
135 situações acontecendo que precisam ser enfrentados. Magali leu o ofício 235 de 2017 do CEDCA/PR que
136 informa que a corregedoria do Ministério Público decidiu pelo arquivamento da Reclamação Disciplinar n.
137 412/2016 referente a Nota de Repúdio á fala do Promotor da 2ª Vara da Infância e Juventude de Londrina, Dr.
138 Marcelo Briso Machado. O documento informa ainda que foi encaminhada cópia da decisão a Corregedoria
139 Nacional do Ministério Público para providências. O Conselho Tutelar Norte A encaminhou ofício informando a
140 nova composição do colegiado, ficando Fabio da Rocha Dutra como presidente, como vice Carla Cristina
141 Gimenes, Erson Gonçalves como secretário. Magali deu o informe sobre o Seminário que debateu a
142 Aprendizagem, que houve a participação do Conselho Tutelar, do CMDCA, e o evento trouxe importantes
143 discussões sobre a necessidade de ampliar o número de empregos que recebem adolescentes na aprendizagem.
144 Mirko informou sobre o valor de uma multa que será depositada na conta do Fundo e é destinada para o
145 Conselho Tutelar. Como foi depositado no Fundo deverá ser deliberada no CMDCA. Além dessa, tem a previsão
146 de outro recurso também originário de multa. Neusa informou que haverá o dia do Desafio, realizado pelo SESC
147 e Fundação de Esporte. Haverá três pontos de atividades físicas, sugeriu que caso o evento do ato público seja
148 cancelado poderíamos migrar uma mobilização para esses pontos. Sem mais nada a tratar, eu Adriana Aparecida
149 dos Santos redigi e lavre a presente ata.
150